



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA 69ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL  
DAS NAÇÕES UNIDAS**

ONU, Nova Iorque  
25 de Setembro de 2014



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste

Excelência, Senhor Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas  
Excelência, Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas  
Excelências, Senhores Chefes de Estado e de Governo

Senhoras e Senhores,

Em Setembro de 2000, não sendo ainda um país independente e sob a administração da UNTAET, viemos aqui, como observadores, a esta Magna Assembleia para nos inteirarmos do grande pensamento para o novo século, traduzido nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Doze anos depois de Timor-Leste ter sido admitido nesta prestigiosa Organização, eis que estamos aqui, de novo, para participarmos na análise do que foi e não foi feito, dos seus porquês e dos seus impactos, e para uma revisão das formas de acção e redefinição de planos e estratégias.

Contudo, intervenções proferidas aqui e na Cimeira do Conselho de Segurança revelam a outra face, a mais aguda, dos problemas do mundo – uma instabilidade generalizada nos espíritos e a pressão sobre a necessidade de actuar em força para punir.

Assim, junto-me às preocupações de todos quantos tomaram a palavra, antes de mim, para manifestar a profunda apreensão sobre o momento particularmente difícil que a Comunidade das Nações está a viver.

A Organização das Nações Unidas tem sido um foro inequívoco para a abordagem de questões internacionais e continua a ser a esperança de milhões de pessoas em todo o mundo.

E, senhoras e senhores, em 2000, os desafios provinham do estado da extrema pobreza, da escassez no campo do ensino, da enorme carência de assistência médica e medicamentosa, da exiguidade da produção alimentar, todas estas áreas essenciais que afectavam as populações de muitos países subdesenvolvidos.

Catorze anos são passados e pouco se alcançou, neste esforço da Comunidade das Nações, sendo que os países frágeis ou pós-conflito estão menos capazes de poder cumprir os seus ODM. Mas, mais do que isso, os desafios considerados em 2000 tomaram um outro rumo, elevando os problemas ao nível de aumento de tensões e conflitos em muitas regiões do mundo.

A verdadeira grandeza das organizações e a sua capacidade da liderança mundial medem-se em momentos difíceis como estes, onde a busca de soluções pacíficas, através da intensificação do diálogo, é que pode determinar o futuro da humanidade.

Para responder a estes desafios, precisamos de uma Organização efectivamente operante, mais activa e menos estereotipada, que se evidencie no estreitamento da cooperação com outras Organizações e sobretudo as Regionais e que actue com profundo respeito pela soberania de cada Estado e pelas suas idiossincrasias.

Todas as acções levadas a cabo têm sido apenas uma continuidade de medidas exercidas que, na maioria dos casos, não produziram resultados muito positivos.

Estamos perante um agudizar de perda de confiança e perante uma crise de valores. De incompreensíveis interpelações identitárias que nos obrigam a reagir, vamos, também e sobretudo, tentar compreender as verdadeiras causas dos problemas. Se estamos perante uma ameaça que ultrapassa fronteiras e que impugna o nosso compromisso perante a tolerância e a paz, é fundamental conhecer melhor a interdependência dos problemas, descobrir onde está a falha civilizacional que nos nega a oportunidade de diálogo e a procura de consensos.

Sempre advogámos que o uso de meios militares não instaura valores universais, nem constrói democracias. Abordagens mal orientadas, sem observar os múltiplos e diversos factores das ameaças ou, pior, sustentadas em contradições e conflitos de interesses, apenas contribuem para acicatar o radicalismo e actos extremistas. Por isso, temos que reflectir e temos que questionar... porque está-se simplesmente a resvalar para o obscurantismo da guerra, apegado ao princípio dos tempos medievais de “olho por olho, dente por dente”.

Por isso, reitero nesta magna Assembleia Geral que os nossos esforços colectivos para preservar a paz e a segurança mundial têm que renunciar a planos mal concebidos, apenas motivados por interesses estratégicos de dominação, por parte das grandes potências, para um plano mais adequado à realidade de cada situação e que dê a verdadeira resposta às causas maiores da actual crise.

Esta agenda comum não deve continuamente manter-se na manipulação dos factos, para produzir reacções colectivas, mas antes na assunção honesta dos erros cometidos, produzidos pela ânsia de impor a paz pela guerra. Só corrigindo a maneira de pensar e agir, se estará a dar uma verdadeira oportunidade à paz!

Excelências  
Senhoras e Senhores,

As respostas às crises que a humanidade enfrenta, não podem ser exacerbadas pela vontade de fazer guerra para acabar com a guerra mas, sim, pela vontade de construir um mundo de paz com base no diálogo e num esforço, hercúleo se necessário, para abordar as raízes dos problemas que levam ao terrorismo, ao racismo, ao extremismo, e à intolerância.

Quando cerca de dezenas de milhões de pessoas no mundo sofrem com os horrores dos conflitos e com os incontáveis abusos perpetrados neste século de globalização, as acções da comunidade internacional devem prioritariamente estabelecer os melhores mecanismos para a resolução dos problemas de exclusão, de discriminação e de marginalização de grupos, de seitas e de etnias.

Deve-se também, desde o primeiro momento, partir do princípio de que, na solução desses problemas, as sociedades que saiam desses conflitos e que estejam comprometidas a quebrar com as más memórias do passado, tenham direito a um período vital de transição, com respeito pelos seus próprios modelos de comportamento, as suas maneiras de pensar e agir, as suas próprias regras e compromissos internos.

Caso contrário, estar-se-á apenas a gerar novos focos de conflito que poderão eclodir mais tarde.

A guerra no Iraque, que destruiu a herança de uma civilização milenar, bem como os confrontos sangrentos no Afeganistão, na Líbia, na Síria e na Ucrânia, devem servir para tirar as devidas ilações sobre os padrões internacionais aplicados nestes contextos. A incerteza e a angústia sangrenta que envolvem Israel e a Palestina, com os dois povos destinados a viver lado a lado, devem alertar a humanidade, de uma vez por todas, de que o medo e a insegurança pelo futuro conduzem ao ódio que é, em última instância, a raiz de todos os males.

Excelências  
Senhoras e Senhores,

Timor-Leste conhece bem as consequências e os traumas da guerra.

Sofremos não só centenas de milhares de perdas humanas mas também a destruição quase total do país. Um Estado, que nasce sem a capacidade de garantir o bem-estar do povo e promover os direitos e liberdades fundamentais dos seus cidadãos, é um Estado frágil, incapaz ainda no cumprimento da sua principal missão.

Imediatamente depois da guerra, iniciámos uma verdadeira reconciliação na sociedade timorense, para dar resposta à necessidade de vivermos em paz, condição única para nos sentirmos livres.

Também com a Indonésia, juntos, abrimos o caminho para uma sincera e genuína reconciliação. Em vez de alimentarmos o ódio e a vingança, fomentámos a solidariedade e a tolerância entre as nossas comunidades e, com isto, cultivámos um relacionamento sólido e de cooperação entre os nossos Estados e Povos.

As democracias ocidentais primam-se na defesa de dispendiosos tribunais internacionais para julgar genocídios, chocadas pela violação dos direitos humanos em

países em desenvolvimento. A questão com a Indonésia não pode ser vista apenas pela actuação do seu exército e dos seus generais; deve ser vista num contexto mais amplo, em que governos das potências ocidentais venderam material de guerra sofisticado, desde armas a navios de guerra e caças, desde munições e explosivos a tanques e canhões, treinando até o exército indonésio para dizimar os timorenses.

Foi, por isso, que nós, timorenses e indonésios, preferimos registar a verdade dos factos, fechar o capítulo doloroso do passado e olhar para o futuro, que exigia e continua a exigir muito esforço para desenvolver as duas nações e melhorar a vida dos dois povos.

Para Timor-Leste, a Indonésia, com a sua sociedade pluralista e tolerante, mais de que um vizinho próximo é uma inspiração para o nosso país. Sob a liderança sábia de Sua Excelência, o Presidente Susilo Bambang Yudhoyono, assistimos à construção de uma democracia moderna, que concilia o progresso com a promoção da paz, não só a nível nacional como no plano regional e internacional. Desejamos sinceramente que a sucessão pacífica, para o Presidente Joko Widodo, traga o sucesso para esta grande Nação.

E digo isto, celebrando Timor-Leste, este ano, o 12º Aniversário da sua Independência, um país que aprendeu das suas próprias fraquezas e desfruta hoje de um clima de paz social e política.

Conhecemos bem os desafios inerentes ao esforço de desenvolvimento nacional e consolidação da paz e da segurança.

Estamos muito gratos pelo apoio, a Timor-Leste, das Nações Unidas e de todos os países doadores. Contudo, destes anos de parceria, também pudemos retirar importantes lições que temos vindo a partilhar com o mundo, sobretudo com os Estados frágeis, encorajando-os a chamar para si a liderança dos seus processos e a comprometer-se com o futuro dos seus cidadãos.

Excelências  
Senhoras e senhores,

Neste trajecto, começámos também a ser mais activos internacionalmente e temos trabalhado arduamente no âmbito do grupo 'g7+' que reúne 20 países frágeis e afectados por conflitos. Além da partilha de experiências e conhecimentos que visam colocar as necessidades destes países na agenda de desenvolvimento mundial, não nos cansamos de repetir, como muitos líderes fizeram desde ontem, que, sem Paz, não há lugar para o desenvolvimento. Por outro lado, sem desenvolvimento não pode haver espaço para a transição democrática, porque democracia é um processo dinâmico de assimilação de princípios e valores, não sendo assim um processo que possa ser medido apenas em eleições.

E isto traz-nos ao tema do debate geral desta 69ª. Reunião da A-G das NU, sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Existe um perigoso aumento de desigualdade, em todo o mundo, com a riqueza concentrada em mãos de poucos, em detrimento de todos. Depois de expostas a ganância e corrupção do sistema financeiro internacional, que causou a Crise Financeira Global, mesmo a débil recuperação económica está somente a beneficiar os verdadeiros causadores do colapso financeiro.

Apesar dos melhores esforços do Secretário-Geral e da sua Equipa na ONU, vamos entrar no ano 2015, sabendo que cerca de 2,2 mil milhões de pessoas do mundo estão já ou vão entrar na faixa de extrema pobreza, sem sequer conhecer o que são os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Devo aqui chamar a atenção para a prática incorrecta das Organizações internacionais de medir o mundo, colocando no mesmo saco os 193 países, membros das Nações Unidas, independentemente de ser grande ou pequeno, rico ou pobre, jovem ou em transição ou com séculos de história, desenvolvido, economia emergente ou subdesenvolvido. E esses índices de desenvolvimento estabelecem escalas de valores não só injustas como desmotivadoras para a maioria dos países menos desenvolvidos.

É, portanto, para todos nós aqui presentes, uma oportunidade histórica para partilharmos as nossas reflexões sobre os imensos desafios que temos pela frente, de forma a delinear uma agenda verdadeiramente transformadora, onde nenhum país fique para trás.

Entretanto, a questão que merece a nossa apreensão colectiva e a tomada de medidas urgentes, é a mitigação de ameaças ambientais que continuam a aumentar, dificultando as perspectivas legítimas de países emergentes e em vias de desenvolvimento.

A Cimeira de ontem, da Mudança Climática, conseguiu insuflar mais esperança, quanto a planos concretos de acção, que estão a ser implementados em alguns países e vão ser tomados mais globalmente, no próximo ano em Paris, resultando ainda no compromisso de alguns países desenvolvidos quanto à capitalização do fundo de adaptação, tão necessário aos países em desenvolvimento.

Timor-Leste tem a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, como membro do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda. Em 2013 e até o passado mês de Agosto, Timor-Leste teve a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico, das Nações Unidas. Tivemos assim o privilégio de presidir a esta sessão, ao longo de um ano, e de trabalhar com a CESAP e com as nações da Ásia-Pacífico em prol do progresso e da melhoria do desenvolvimento humano.

Timor-Leste compromete-se com este ideal nobre e esta missão tão meritória de ajudar a fomentar uma cultura de paz na nossa região, pela redução gradual e persistente das desigualdades sociais em cada país e entre países.

Contudo e se, na nossa região, incluindo no âmbito da ASEAN, existe actualmente uma forte cooperação e promoção da paz – o que tem permitido a ascensão da região Asiática, liderada pela China, e com esta a retirada de centenas de milhões de pessoas da pobreza - não podemos deixar de ficar preocupados com a agitação das águas no leste e sul do mar da China.

E isto leva-nos a uma questão fundamental, e de primordial importância para Timor-Leste, que é a necessidade de definir com clareza e seriedade as fronteiras marítimas entre países, à luz do direito internacional.

Quando, em 2002, iniciámos o nosso próprio caminho de liberdade, deparamo-nos com um mundo globalizado, onde prevalece a arrogância dos poderosos e a ambição dos ricos, aproveitando-se da inexperiência ou ignorância dos pobres e dos pequenos para cometer actuações desonestas e de má-fé, num grave insulto aos valores universais.

E devo afirmar que as grandes multinacionais sempre souberam desempenhar um papel impróprio e desleal, actuando com desonestidade e má-fé, quando lidam com países pobres.

Timor-Leste, um país jovem, pequeno e pobre, foi apanhado desprevenido nesta cultura sofisticada de manipulação e fraude e quer continuar a acreditar que os mecanismos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, contribuem para que haja justiça entre as nações e entendimento entre os povos, na defesa da verdade e dos direitos soberanos.

Aliás, nos dias que correm, esses compromissos são fundamentais para que possa iniciar-se a recuperação de confiança no sistema mundial e para evitar o escalar das tensões. O reforço do diálogo, da tolerância e da promoção de uma nova diplomacia, tem que passar de um conjunto de boas intenções para acções concretas no plano internacional.

Mas, o que intriga realmente é que nenhum país decente, até agora, defendeu a necessidade de promover inquéritos que dêem a saber a origem das armas usadas nos massacres a civis, sobretudo mulheres e crianças, e possam identificar os verdadeiros beneficiários, nesta crise mundial, que estão a traficar armas a bandos, descontroladamente espalhados pelo mundo.

Excelências  
Senhoras e senhores,

Antes de terminar, gostaria de partilhar que Timor-Leste assumiu este ano a presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Neste espaço, pretendemos usar da diplomacia e da cooperação para dinamizar o nosso potencial económico conjunto, capitalizando as integrações regionais onde estamos inseridos, mas também para difundir a mensagem da paz, da defesa dos direitos humanos e da justiça social em todos os fóruns onde estamos representados.

A Guiné-Bissau é um dos países desta comunidade e com a qual Timor-Leste tem estado muito envolvido, também no âmbito do 'g7+', sobretudo quando se apercebeu que este país estava entregue ao seu próprio destino, à mercê de sanções internacionais. Após um ciclo devastador de golpes de Estado, sentimos a necessidade de levar a mensagem de paz e estabilidade ao povo guineense, mensagem a que os seus líderes se esforçaram por responder com um compromisso colectivo que beneficiasse o Povo e o País.

Timor-Leste teve a honra de apoiar, financeiramente e com uma equipa técnica, todo o processo de recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau, cujos resultados foram um êxito, numa manifestação democrática massiva, repondo a normalidade constitucional no país. Mas como todos sabemos, as eleições não passam de um ponto de partida e a um Estado sem meios para prover as necessidades básicas do seu povo, apresentam-se inúmeros desafios que podem virtualmente comprometer a promessa de paz e de coesão nacional.

No quadro do tema de debate desta Assembleia-Geral, devo dizer que é urgente criar as condições para que Guiné-Bissau possa passar da fragilidade à resiliência, através do apoio à capacitação das instituições do Estado. A Guiné-Bissau necessita de reabilitação da sua administração pública e das instituições do Estado, da reforma do sector de defesa e segurança pela modernização das suas Forças e de um impulso financeiro para relançar o crescimento da economia.

No âmbito da CPLP, queremos colaborar activamente com as autoridades da Guiné-Bissau e com os parceiros internacionais, nomeadamente a CEDEAO, para a urgente realização de uma Conferência Internacional de Ajuda à Guiné-Bissau, abordando em primeiro lugar assuntos de extrema urgência, como os salários, a segurança alimentar, o combustível e a saúde. Timor-Leste contribuiu já com a soma de 6 milhões de dólares americanos para o pagamento de salários, correspondente a um mês.

Aproveito para fazer um apelo a todos os países aqui presentes, para se juntarem a Timor-Leste e aos parceiros da CPLP para, em cumprimento dos mais altos valores da solidariedade internacional, apoiarem a consolidação dos ganhos já alcançados pelos guineenses, levando assim também uma promessa de paz ao continente africano.



E não posso falar de África, esse continente que já está suficientemente ferido por dentro e massacrado pela fome e pela pobreza, sem falar do flagelo do vírus do ébola que vem agora desafiar o próprio sistema internacional de saúde. Esta epidemia, sem precedentes no nosso tempo, reclama um compromisso imprescindível e improtelável da Comunidade Internacional.

Declaro aqui que Timor-Leste vai providenciar um apoio imediato de 1 milhão de dólares americanos, no espírito de solidariedade que orienta o 'g7+' de que são membros a Serra Leoa, a Libéria e a Guiné Conacri. No próximo ano, afectaremos outra quantia igual no combate a esta epidemia.

Senhor Presidente da Assembleia-Geral  
Senhor Secretário-Geral  
Excelências  
Senhoras e Senhores,

O grande desafio, que se coloca ao mundo de hoje, é libertar as pessoas do pesadelo do medo. O medo da diferença, da insegurança, da fome, da pobreza e da doença. O medo de perder o poder ou o medo de estar escravo do poder.

No desequilíbrio e na desigualdade do mundo de hoje, é preciso a coragem de falar uma linguagem de confiança e tranquilidade. É preciso pacificar os espíritos, encorajar o diálogo e libertar as pessoas da dúvida e do sentimento de injustiça, para se adquirir uma maior tolerância e respeito pelas diferenças e pela diversidade.

Libertar as pessoas do jugo da pobreza e das condições deploráveis em que vivem, incutindo-lhes a esperança pelo seu direito ao desenvolvimento. Ainda estamos a tempo de ditar uma história diferente, mais humanista, nos tempos de hoje e para as gerações futuras.

Timor-Leste quer participar activamente para um Mundo Melhor, onde, em cada país, se possa viver uma cultura de tolerância, de harmonia e de tranquilidade, num verdadeiro ambiente de amizade e solidariedade, e pela promoção da paz. Uma paz que deve começar nas mentes e comportamentos das pessoas de todos os níveis da sociedade, para que se possa influenciar positivamente as políticas dos grandes centros de decisão.

Só assim, podemos acreditar que o bebé de Marshall Islands que nos comoveu a todos, há dois dias, poderá ter a certeza que o seu futuro está garantido e ela pode viver naquelas pequenas ilhas, que constituem o seu país.

Tenho dito.

Kay Rala Xanana Gusmão  
25 de Setembro de 2014